

ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA REVISITADA PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE¹

Edina Fischer De Lima².

¹ Projeto de Iniciação Científica CNPq

² Aluna do Curso de Graduação em História da UNIJUI, bolsista Pibic/CNPq.

Introdução

Considerando o importante papel da Comissão Nacional da Verdade, incumbida de investigar as diferentes violações contra os direitos humanos praticados pelos agentes do Estado durante o período militar, observamos através desta pesquisa a abordagem da CNV como uma revisita a ditadura militar, para elucidar os casos de desconsideração dos direitos humanos, muito comum nos períodos autoritários na América Latina. A sequência das discussões revela os dados e situações das comissões da verdade no contexto da América Latina e, principalmente, no Brasil que é o foco principal da análise. É uma forma inédita de elucidar as ações da ditadura militar, sendo objeto de análise e rediscussões, num período posterior, mas ainda fazendo parte da história do tempo presente.

Metodologia

A fim de observar a revisita à ditadura militar brasileira por meio da CNV, procuramos analisar seu papel como comissão da verdade e assim suas vinculações e semelhanças com os países da América Latina que implantaram esse tipo de comissão logo após o término de seus períodos militares.

Para que isto fosse possível, utilizamos como metodologia a coleta de dados no site oficial da CNV (www.cnv.gov.br), bem como leituras de publicações direcionadas a Comissão Nacional da Verdade e os temas que dela decorrem.

A partir disto, iniciamos a construção de um banco de dados com notícias retiradas do site da CNV e de sites e blogs oficiais que tratassem do tema. Este banco de dados está em constante atualização, pois as atividades da CNV estão em andamento.

Resultados e discussão

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

A ditadura militar brasileira ainda é considerada por alguns historiadores como história do tempo presente, pois muitas pessoas que a vivenciaram estão vivas, mantendo memórias muito presentes sobre estes vinte anos de duração da mesma. Deste modo, revisitar a ditadura pela CNV é um trabalho de recuperação de memórias marcantes e traumáticas. Isto se deve ao fato de um dos objetivos centrais ser a procura da reconciliação do Estado com a sociedade, pois a sociedade brasileira tem direito a memória de todos aqueles que sofreram ou morreram neste período autoritário.

Embora o trabalho da CNV não traga de volta os desaparecidos, traz a tona um esclarecimento sobre os crimes cometidos pelo Estado, ou por pessoas que estavam a serviço do mesmo. Segundo alguns historiadores e sociólogos, a ditadura no Brasil pode ser considerada como ditadura militar e civil, pois admitem que pessoas apoiavam o regime ou mesmo pertenciam aos quadros do Estado, compactuando com suas práticas autoritárias.

Desta forma, observa-se que um dos principais desafios da Comissão Nacional da Verdade será coletar depoimentos dos torturadores, pois os mesmo permaneceram protegidos por instituições do próprio Estado. Em alguns países, os torturadores foram julgados e condenados à prisão, mas a CNV não terá esse poder para indicá-los a julgamentos. Essa diferença é um aspecto que merece reflexão, pois vários casos, inclusive de julgamentos de torturadores na Segunda Guerra Mundial, atestavam que faziam tudo visto o sistema exigir que assim fosse, não indicando culpas pessoais, mas sim de todo um sistema que os ordenava a praticar a tortura e a matar em nome da pátria. No caso do Brasil, o que se quer é oferecer à sociedade alguma justificativa para as práticas das torturas, mortes e ocultamento de cadáveres.

Entende-se a partir disto, que a construção de uma verdade histórica é uma perspectiva que exige um investimento de metodologia adequada para compor um conjunto de significados, onde ficamos sempre no caminho da subjetividade, pois trabalhamos com sentimentos e emoções dos atores sociais que ainda pertencem ao tempo presente. Os depoentes revivem situações traumatizantes já em outro contexto de pertencimento, isso exige um filtro da memória para tentar selecionar dados e situações vividas em outros tempos históricos. Muitas pessoas passaram muito tempo caladas com medo de falar e sofrer algum tipo de repressão no tempo presente chega a ser uma atitude corajosa dar um depoimento com detalhes acusando a violação dos direitos por parte do Estado, o qual neste período autoritário reprimiu todas as formas de expressão. De qualquer forma, a CNV está procurando respeitar o limite das falas dos depoentes.

Conclusões

O papel das comissões da verdade na América Latina é decisivo para a implementação de um estado democrático nos períodos posteriores às ditaduras militares que aconteceram a partir da década de 1960, marcados pelo extremo autoritarismo de estado, todos comandados por militares. Foram períodos de maior desconsideração dos direitos humanos e liberdades pessoais, onde o autoritarismo atingiu sua maior faceta institucional. A violação dos direitos humanos aconteceu no

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

interior do próprio estado, em suas instituições sob o comando de seus agentes e funcionários que estavam a serviço das ditaduras. Foram anos de chumbo, com repressões, torturas, desaparecimentos e mortes. Por isso, construir uma memória que possa recapitular esses anos é ainda uma tarefa árdua, pois grande parte dos documentos sobre esse período não está disponível para pesquisa. As comissões da verdade nesses países tiveram acesso a toda a documentação, o que foi crucial para a confecção dos relatórios finais.

A Comissão Nacional da Verdade no Brasil foi instituída, em novembro de 2011, pois inclusive já havia a cobrança de um processo de reconciliação do estado com a sociedade. Esta comissão representa uma forma de o estado se redimir dos erros de um passado muito recente, pois as torturas, mortes e desaparecimentos foram efetuados dentro do próprio Estado. Neste sentido, a comissão tem como meta recuperar a memória das vítimas do Estado, para trazer à tona questões que dizem respeito à identidade desses sujeitos, para que as famílias tenham uma noção do paradeiro de seus desaparecidos. Desta forma, contribui decisivamente para uma nova abordagem da história do tempo presente, pois há muito ainda para ser construído na historiografia brasileira sobre a ditadura militar.

A construção de uma história do tempo presente sobre a ditadura militar no Brasil requer todo um processo de sistematização de dados de diferentes fontes, sejam escritas, orais e imagéticas. É uma tendência mais contemporânea da historiografia que procura uma aproximação com as ditaduras de outros países da América Latina, tornando-se um processo crescente e mais produtivo. Pois vai nos remeter a processos semelhantes de ditaduras nos países vizinhos que também sofreram a desconsideração dos direitos humanos, nos apresentando uma possibilidade historiográfica mais contemplativa e, ao mesmo tempo, investigativa, pois as fontes são mais amplas, como nos casos da Argentina e Chile que já possuem os relatórios das comissões da verdade naqueles países. A partir do momento que pudermos contar com o relatório final da CNV, poderemos construir uma abordagem que contemple diversas vozes dos atores sociais que foram vítimas da ditadura militar.

A memória social é um processo em constante construção, desta forma uma nova abordagem sobre a ditadura militar a partir da comissão da verdade é uma perspectiva que vai trazer para os historiadores uma verdade possível sobre um período do tempo presente. Não vamos descartar todas as memórias construídas até então, mas teremos a possibilidade de acrescentar novos elementos e novos atores sociais, pois a comissão da verdade realiza em todo o Brasil a coleta de depoimentos de pessoas que sofreram a desconsideração dos direitos fundamentais. Da mesma forma, teremos a disposição uma documentação inédita para a pesquisa, o que vai trazer a tona elementos que demonstram os desdobramentos da ditadura na sociedade brasileira. A equipe que compõe a comissão da verdade trabalha neste sentido de realizar uma pesquisa que contemple dados e situações que possam esclarecer aquilo que ainda permanece encoberto na história. Somos todos favoráveis para que se construa uma versão mais próxima possível daquilo que realmente aconteceu, uma verdadeira lição histórica para as novas gerações, para que nunca mais se repita os períodos totalitários.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

Palavras-chave: Ditadura Militar, Comissão da Verdade, Direitos Humanos.

Agradecimentos:

Ao CNPq e a UNIJUÍ.

Referências Bibliográficas:

BAUER, Caroline Silveira; Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. - Porto Alegre: Medianiz; 2012.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Marcas da Memória: a atuação da Comissão de Anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo - RS, Vol. 48, N. 2, p. 111-118, mai/ago, 2012.

BAQUERO, Marcello. Memória política e constituição da cultura política brasileira. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo - RS, Vol. 48, N. 2, p. 84-92, mai/ago, 2012.

Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Disponível em: [WWW.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br)

CANABARRO, Ivo. A Comissão Nacional da Verdade no Brasil e a memória social dos atores sociais que sofreram com a violação dos direitos humanos. In: Revista Direitos Culturais. Programa de Pós-Graduação em Direito Mestrado da URI. Santo Ângelo – RS. Vol. 8, nº 16, 2013. Disponível em: <http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direitosculturais/issue/archive>

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, p. 29-56, 2004.

JUNIOR, Nadir Lara. A verdade em tempos de ditadura militar: reflexões a partir da psicanálise. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo – RS, Vol. 48, N. 2, p. 103-110, mai/ago, 2012.

VIOLA, Solon Eduardo Annes; PIRES, Thiago Vieira. A memória de um período e a verdade da história. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo - RS, Vol. 48, N. 2, p. 103-110, mai/ago, 2012.

PEREIRA, Antony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.